

## O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E ATIVIDADES RELACIONADAS ÀS TICS E A MATEMÁTICA

*Denison Roberto Braña Bezerra  
Universidade Federal do Acre  
denison.brana@yahoo.com.br*

*Salete Maria Chalub Bandeira  
Universidade Federal do Acre  
saletechalub@gmail.com*

### **Resumo:**

Este texto visa descrever como o Programa Mais Educação - PME vem proporcionando mudanças nas escolas, quanto ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs aliado ao ensino de matemática procurando perceber se desde a sua implantação, houve mudanças nas avaliações externas dessas escolas que foram inicialmente contempladas pelo programa. Procura-se também compreender o PME enquanto política pública contemporânea numa perspectiva inovadora para a educação, através das atividades desenvolvidas no contraturno, com a finalidade de se fazer uma reflexão sobre os benefícios que essas atividades poderão proporcionar na melhoria da aprendizagem e redução das desigualdades sociais. Quanto à abordagem metodológica utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica e documental para refletirmos sobre as mudanças na gestão das escolas pesquisadas. Percebe-se que as atividades se manifestam como uma reinvenção pedagógica de tempos educativos permitindo aos estudantes vivenciarem novos saberes fundamentais a sua formação e a sua socialização independente de sua condição socioeconômica.

**Palavras-chave:** PME; Atividades no Contraturno; Novos saberes.

### **1. Introdução**

O presente artigo é resultado de leituras e análises iniciais sobre a política de educação integral desenvolvida pelo Ministério da Educação através do Programa Mais Educação (PME) e parte integrante de pesquisa, em fase de realização, vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Política Educacional, Gestão e Financiamento da Educação da Universidade Federal do Acre/UFAC, e busca investigar em que sentido o referido Programa poderá contribuir para a melhoria da qualidade da educação e a redução das desigualdades educacionais, uma vez que a ampliação da jornada escolar implica, além do aumento de recursos financeiros, todo um ressignificado do currículo escolar. Neste contexto, a presente pesquisa pretende propor um espaço de interlocução entre as discussões e leituras que temos realizado a respeito do Programa Mais Educação, objetivando aprofundar algumas análises iniciais sobre aspectos centrais dessa política.

Ao se confirmar essas expectativas, o PME pode contribuir para a formação plena dos alunos e possibilitar-lhes o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades

contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas participantes. Diante dessas possibilidades e perspectivas e considerando a abrangência do Programa, esse trabalho se volta para investigar as características, desafios e contribuições desse modelo de educação em tempo integral implantado, inicialmente, como projeto piloto, em 05 (cinco) escolas de ensino fundamental da rede pública estadual da cidade de Rio Branco, no estado do Acre.

O presente estudo tem como contexto de análise a implantação do Programa Mais Educação e o decurso de seu desenvolvimento em Rio Branco, passados sete anos do início de sua implementação, e procura compreender seu sentido/significado e contribuições enquanto Política Pública que se propõe a melhorar a qualidade da educação, reduzir as desigualdades educacionais, ampliar a jornada escolar e os recursos financeiros e ressignificar o currículo escolar, razão pela qual se impõe a necessidade de uma investigação mais acurada frente ao mesmo, no sentido de buscar compreender o PME e seus determinantes como política pública contemporânea de educação integral.

## **2. O Programa Mais Educação – PME**

O Programa Mais Educação (PME) é um programa instituído pela Portaria Interministerial nº. 17, de 24/04/2007, e envolve os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura e é fomentado pelos programas PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Dentre as finalidades do Programa a Portaria destaca: ampliação do tempo e do espaço educativo, melhoria do rendimento e aproveitamento escolar, combate ao trabalho infantil, promoção de formas de expressão nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, estímulo a práticas esportivas, aproximação entre escola, famílias e comunidades.

No momento de sua implementação o PME escolheu como prioritárias as escolas públicas localizadas nas capitais e cidades das regiões metropolitanas com altos índices de vulnerabilidade social e mais de 200 mil habitantes, com mais de 99 matrículas registradas no Censo 2007, e que apresentassem baixo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Apresentava como uma de suas propostas prioritárias a necessidade de interação entre a escola e a comunidade, trazendo aspectos da vida em sociedade para o currículo escolar e transformar os espaços da cidade e, principalmente, do entorno da escola em espaços de aprendizagens e convivência social.

## O Programa Mais Educação tem como objetivo:

Contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (BRASIL, 2007, Art. 1º).

As escolas que participariam do Programa foram selecionadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI) do MEC e uma vez identificadas, foram convidadas a fazer sua adesão, bastando que para isso as Secretarias Estaduais de Educação ou Prefeituras assumissem o Compromisso Todos pela Educação composto por um conjunto de “28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes” assumidos pelos sistemas municipais e estaduais de educação e que estivessem regular junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pois os recursos seriam transferidos através do mesmo.

A escola deveria programar as atividades no contraturno, com a escolha de, no mínimo, cinco atividades divididas em pelo menos três macrocampos, com a obrigatoriedade de uma atividade no macrocampo de acompanhamento pedagógico. Os macrocampos em questão foram apresentados em primeira mão pela Resolução n.º 19, de 05 de maio de 2008 e consagrados no Decreto 7083, de 27 de janeiro de 2010: 1. Acompanhamento pedagógico. 2. Meio ambiente. 3. Esporte e lazer. 4. Direitos Humanos. 5. Cultura e Arte. 6. Cultura digital. Software educacional, Informática e tecnologia da informação, Ambiente de Redes Sociais; 7. Prevenção e promoção à saúde. 8. Comunicação e uso de mídias. 9. Iniciação à investigação das ciências da natureza. 10. Educação econômica.

A escola tem liberdade para selecionar as atividades e matérias que propiciarão um maior desenvolvimento ao aluno. E essas atividades ocorrerão no turno distinto (contraturno) ao que ele frequenta as aulas regularmente, em turmas de aproximadamente 30 alunos, não sendo necessário que sejam da mesma série, tenham mesma idade ou que sejam da mesma turma do horário regular e serão ministradas por profissionais da educação, educadores populares ou monitores, preferencialmente estudantes universitários de formação específica na área da atividade a ser implementada ou pessoas da comunidade com habilidade apropriada, mas sempre através de serviço voluntário.

Entendendo o PME como uma política pública de processo, até o presente momento dessa investigação o conceito que mais se aplica a este estudo é o de Kipnis (2008, p. 17), que define política pública como:

O

campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo do curso dessas ações [...] a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Destarte faz-se necessário considerar a distinção e a aproximação entre os conceitos de Educação Integral, conforme exposto por Ana Cavaliere (2010), e de Escola de Tempo Integral, exposto por Jaqueline Moll (2010).

Educação integral. Ação educacional que envolve diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. Quando associada à educação não-intencional, diz respeito aos processos socializadores e formadores amplos que são praticados por todas as sociedades, por meio do conjunto de seus atores e ações, sendo uma decorrência necessária da convivência entre adultos e crianças. [...] Quando referida à educação escolar, apresenta o sentido de religação entre a ação intencional da instituição escolar e a vida no sentido amplo (CAVALIERE, 2010).

Escola de tempo integral. Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (MOLL, 2010).

O recorte em questão tem como foco uma compreensão do *modus operandi*, para a paulatina reorganização da escola na perspectiva da Educação Integral, materializada através dos macrocampos para a oferta de atividades que expandam o horizonte formativo dos estudantes (LECLERC, 2012; MOLL, 2012).

O PME foi implantado no Estado do Acre no município de Rio Branco (2008) como proposta de Educação Integral e contemplou onze escolas que apresentaram baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O critério da escolha das escolas para a pesquisa empírica se sustenta no fato de que aquelas instituições que iniciaram no primeiro momento no Programa Mais Educação teriam melhores condições de oferecer elementos para uma avaliação da política e pelo fato de coordenar o programa a nível estadual, optei pelas escolas piloto estaduais do município de Rio Branco, sendo elas: Escola Lourival Sombra Pereira Lima, Escola Lindaura Martins Leitão, Escola Maria Chalub Leite, Escola Henrique Lima, Escola Antônia Fernandes de Freitas.

Conforme Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação-SIMEC (2015), a adesão ao PME vem aumentando gradativamente nas escolas estaduais se

considerarmos que no primeiro ano de vigência do programa se tinha a adesão de 05 escolas e em 2014 tem-se um universo de 254 escolas. Vide Quadro 01.

Quadro 01 - Programa Mais Educação

Ano	Escolas	Alunos Atendidos	Total de Recursos
2008	05	2653	189.593,00
2009	26	5468	291.242,40
2010	47	7705	455.402,82
2011	55	8609	1.729.589,80
2012	156	18.467	2.198.937,56
2013	168	17.677	5.767.695,20
2014	254	25.504	6.574.226,56

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - SEE (2015).

Ao se observar os números referentes à rápida expansão do PME fazem-se preciso responder algumas questões fundamentais para compreendermos o objeto de estudo: Como foi alterado o ambiente escolar da escola contemplada com o PME? A escola teve autonomia para elaborar sua maneira de averiguar quais atividades seriam ofertadas no contraturno? Como escolheram os alunos que fariam parte dessas atividades, já que não dispunham de espaço para todos? Quem trabalharia nesse novo horário já que a maioria dos professores trabalha em mais de uma escola?

Em Rio Branco o número de escolas e alunos atendidos, bem como os valores dos recursos repassados pelo FNDE através do PME no decorrer desses sete anos, estão identificados no Quadro 01 acima. É importante destacar que a jornada escolar diária foi ampliada em 3 horas/dia e os professores comunitários e monitores foram capacitados pela Universidade Federal do Acre (UFAC) numa parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEE), estabelecendo-se em cada escola um planejamento unificado entre o professor da escola e o monitor do programa, construindo-se uma sequência didática necessária à aprendizagem dos alunos. É importante esclarecer que os monitores do Programa eram acadêmicos das áreas afins da UFAC, para as atividades pedagógicas, e acadêmicos ou pessoas da própria comunidade que tinham habilidades para as demais atividades estabelecidas nos macrocampos definidos.

Além dos espaços disponíveis na escola, foram firmados parcerias com outros espaços alternativos na comunidade para a realização das atividades, possibilitando um estreitamento

nas relações da escola com a comunidade local. A redefinição de novos espaços de convivência no entorno da escola se deu em função da precariedade da estrutura física de algumas das escolas, além de ser uma forma de democratizar as ações escolares.

Lomonaco e Silva (2013) esclarecem a importância da articulação entre as ONGs e as escolas, ao longo desse processo, consolidando-se em um modelo particular de intervenção, ofertado pela via da ação da sociedade civil organizada, em parceria com a escola pública, caracterizada como uma modalidade qualificada para a formação integral de crianças e adolescentes. Para as autoras essa modalidade de atuação pautada pelo prêmio Itaú-Unicef, aliada ‘a adesão dos diferentes atores envolvidos nessa causa, adensou o repertório que auxiliou e influenciou na elaboração da política pública implementada pelo Programa Mais Educação, na perspectiva da educação integral, que propõe a ampliação da jornada escolar e diferentes experiências pedagógicas.

Após a adesão das escolas no sistema do MEC em 2008, a Secretaria de Estado de Educação em setembro do mesmo ano recebe uma equipe de consultoras do MEC para traçar a formação do PME com os gestores e coordenadores das escolas contempladas e posteriormente sua implantação. Também foi realizada uma formação para coordenadores e monitores que se candidataram a fazer parte do PME. Assim foram realizadas a formação em Teatro, Informática, Jogos e Recreação, Letramento e Matemática. (SEE – AC, 2009).

A formação em Matemática, para coordenadores e monitores do PME contou com um professor do Centro de Educação Letras e Artes – CELA, da UFAC. Em entrevista com o professor formador foram trabalhadas nessa Oficina, atividades listadas pelas escolas que contemplassem as dificuldades das mesmas frente aos conteúdos matemáticos. Atividades trabalhadas de forma diferenciada dos padrões normais utilizando recursos manipuláveis e jogos. Os recursos utilizados foram os Blocos lógicos, material dourado, quadrados mágicos e o Tangram. (Entrevista realizada, 22 fev. 2016, UFAC).

Com os Blocos Lógicos, jogo constituído por 48 peças divididas em três cores – amarelo, azul e vermelho e quatro formas – círculo, quadrado, triângulo e retângulo, dois tamanhos – grande e pequeno e duas espessuras – fino e grosso, foi possível desenvolver atividades de comparação e classificação das peças, processos mentais básicos na aprendizagem matemática., além de situações-problemas envolvendo área e perímetro.

Com o Material Dourado de Maria Montessori, constituído por cubinhos, barras, placas e cubão. Foi possível desenvolver atividades que auxiliam o ensino e aprendizagem do

sistema de numeração decimal-posicional e dos métodos para efetuar as operações fundamentais (ou seja, os algoritmos).

Com o Quadrado Mágico, foi possível desenvolver o cálculo mental e o raciocínio lógico. O jogo consiste dos participantes combinarem nove números num quadrado mágico, e na soma das linhas, colunas e diagonais os resultados deverão ser iguais. Assim de 0 a 8 a soma será 12. De 1 a 9 a soma será 15 (Quadrado mágico de Lo shu conforme a lenda chinesa). De 6 a 14 a soma será 30.

Com o Tangram – quebra-cabeça chinês que significa “7 tábuas da sabedoria”, composto de cinco triângulos de três tamanhos diferentes, um quadrado e um paralelogramo o professor pode explorar atividades diversas: noções de áreas, frações, desenho de formas geométricas planas e histórias ficcionais criadas pelos participantes.

No Acre, o Programa “Mais Educação” apresenta-se como ferramenta essencial não apenas para a implantação da Educação Integral, mas para extinguir as carências existentes nas comunidades escolares. Algumas das oficinas propostas pelo programa, já se faziam presentes nas escolas, mas as mesmas não possuíam recursos para desenvolvê-las de forma satisfatória. Hoje com uma coordenação específica para o Programa, com planejamento e acompanhamento dos resultados a realidade já começa a ser alterada, pois houve uma diminuição significativa da evasão escolar, da depredação das escolas, do trabalho infantil, e das várias formas de violência na escola e no seu entorno.

### 3. Caracterização das Escolas-Piloto Estaduais

A escola estadual *Antônia Fernandes de Freitas*, situada no bairro Santa Inês no município de Rio Branco-AC atende aproximadamente 1.200 alunos distribuídos nos três turnos. Para o início do programa em 2008 recebeu R\$ 42.598,60 para desenvolver atividades de letramento, teatro, judô, informática, mudanças ambientais globais e prevenção, com 719 alunos distribuídos nestas seis atividades e disponibilizando de 06 monitores.

Em 2009 se mantiveram as atividades de letramento, teatro, judô, informática e foram acrescidas atividades de matemática, handebol, xadrez, fanfarra e pintura em cerâmica. Conforme relatório da escola dentre os resultados obtidos, após a adesão ao PME destacou-se: a redução do índice de violência, da evasão escolar e do consumo de energia elétrica.

A escola obteve a 1ª colocação nos jogos escolares na modalidade de xadrez feminino e trinta e dois alunos foram aprovados para a 2ª fase das Olimpíadas Brasileira de Matemática. A oficina de xadrez tinha a finalidade de: desenvolver a autonomia, o raciocínio

lógico, concentração, formação de conjecturas, criatividade, imaginação, além de contribuir para a formação de conceitos matemáticos (plano cartesiano, área de figuras, fração) e acima de tudo o pensamento crítico para conviver-se em sociedade. A oficina de matemática consistia em permitir ao aluno a interpretação de problemas, além de propiciá-lo alguns jogos como o tangran para trabalhar conceitos de semelhança, congruência, frações e outros.

A Oficina de Informática possibilitou o aprendizado de criação de: pasta no word e excel, gráficos, planilha eletrônica, criar, receber ou mandar e-mail, digitação de textos, configuração de slides e como apresentar em data show. Conforme o coordenador a oficina permitiu aos alunos perceberem que “o computador é um mero fornecedor de informação levando-os a se sentirem um ser globalizado, facilitando suas vidas e preparando-os para o mercado de trabalho, interagindo e competindo com igualdade na busca de seu sonho profissional”. (Relatório da escola, 2009). Com as planilhas foi possível trabalhar com as médias das disciplinas e fazer gráficos em barras e com a oficina de xadrez foi possível explorar: o raciocínio lógico, capacidade de concentração, formação de conjecturas, criatividade, imaginação, além de contribuir para a formação de conceitos matemáticos (plano cartesiano, área de figuras, fração), desenvolver a autonomia e acima de tudo o pensamento crítico para conviver-se em sociedade.

A escola estadual *Henrique Lima*, do bairro Calafate, contou no ano de 2008 para o início do programa, com um recurso de R\$ 35.252,10 para desenvolver atividades de letramento, matemática, bandas e fanfarra, informática, voleibol e horta escolar com 427 alunos distribuídos nestas atividades e com 06 monitores. A oficina de matemática primou pela resolução de problemas levando o aluno a compreender que não importa o caminho seguido para a resolução, o importante é chegar ao objetivo obedecendo a uma lógica coerente. A oficina mais procurada pelos alunos foi a de informática, contemplando três turmas pela manhã e três turmas pela tarde. Nessa oficina foi ensinado aos alunos *a utilizar os programas existentes, principalmente o sistema operacional Linux Educacional, fornecidos juntamente com computadores pelo MEC através do PROINFO.*

A escola estadual *Maria Chalub Leite* contou no ano de 2008 para o início do programa na escola com um recurso de R\$ 37.146,60 para desenvolver atividades de letramento, história e geografia, bandas e fanfarra, direitos da criança e do adolescente, futebol e horta escolar com 425 alunos distribuídos nestas atividades e com 06 monitores.

A escola estadual *Lindaura Martins Leitão* contou no ano de 2008 para o início do programa na escola com um recurso de R\$ 33.893,60 para desenvolver atividades de

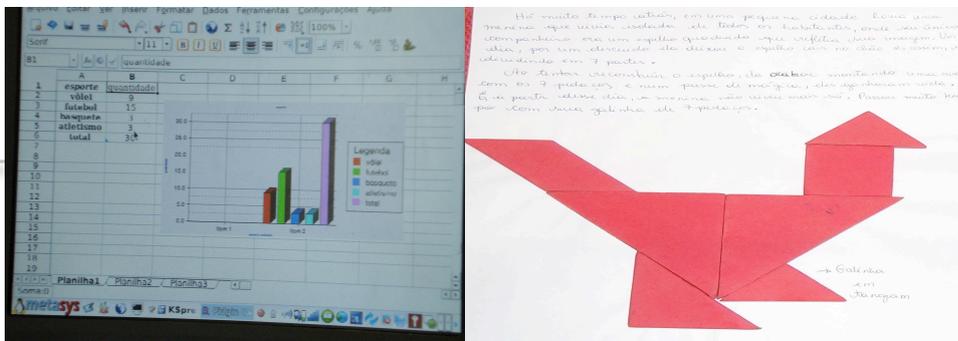


Figura 01 – Atividades de Informática (uso da planilha e exploração de gráfico de barras) e Matemática (crie sua lenda com as peças do Tangram), 2009.  
Fonte: Arquivos do Coordenador do PME, 2009.

a escola amplia suas atividades com oficinas de teatro, capoeira, matemática e se destaca pelas oficinas de recreação, jogos e leitura e atendimento de alunos com necessidades especiais. A escola aposta nos jogos de tabuleiro, cartas, tangram, baralho e dominó matemático como forma de sanar os problemas com conceitos de expressões numéricas, operações fundamentais e outros.

A escola estadual *Lourival Sombra Pereira Lima* localizada no conjunto tangará a escola iniciou as atividades do programa no ano de 2009 com um recurso de R\$ 40.702,10 para desenvolver atividades de letramento, matemática, bandas e fanfarra, futsal, danças e viveiro educador com 696 alunos distribuídos nestas atividades e com 06 monitores. A escola Lourival Sombra se destaca pelas aulas de reforço em matemática e letramento. Durante o reforço o professor disponibiliza de materiais manipuláveis para sanar as dificuldades de alguns conceitos, fazendo uso do material dourado, blocos lógicos, tangram, etc.

Segue alguns registros de atividades de Oficinas de Informática e Matemática.



#### 4. Os resultados do PME nas Escolas-Piloto

Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi medido pela primeira vez em 2005 e tem como objetivo medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Na sequência apresentaremos o Gráfico 01, com o IDEB observado nos anos de 2005 a 2013 do País, Região, Estado, Município e Escolas-Piloto que aderiram o PME com a finalidade de fazer uma análise inicial dessa política.

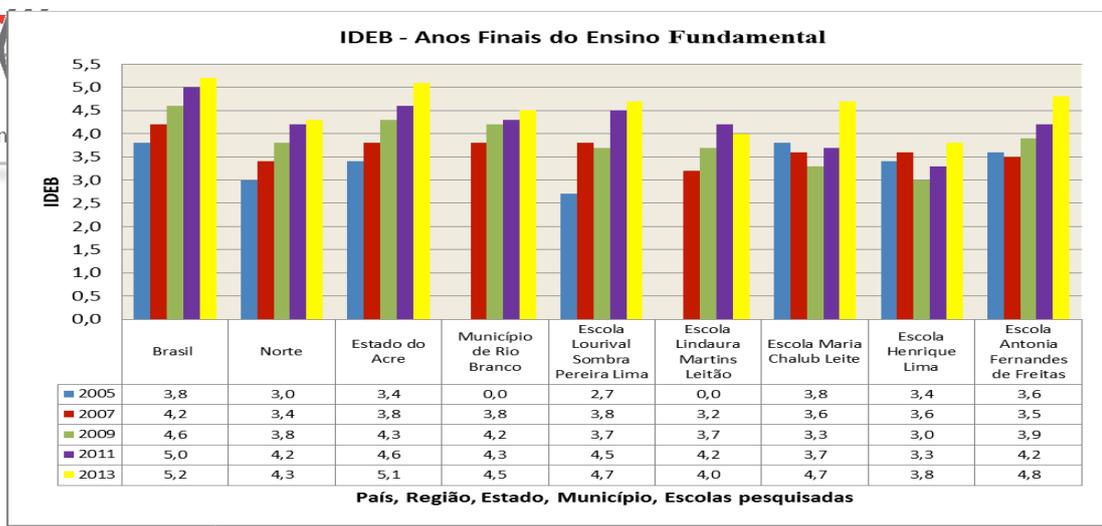


Gráfico 01 – IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental  
 Fonte: INEP/MEC/SEE, 2015.

Fazendo um comparativo antes da implantação do Programa Mais Educação, percebeu-se que o IDEB obtido para o ano de 2007 da escola Lourival Sombra Pereira Lima foi de 3,8 superando a meta projetada (2,7) em 1,1 pontos para a escola. A escola Lindaura Martins Leitão foi à única que não alcançou a meta projetada para o País (3,5). Nesse mesmo ano, as escolas Lindaura Martins Leitão e Antônia Fernandes de Freitas não alcançaram a meta projetada para o Município de Rio Branco (3,6). Entretanto, tanto o País como o Município de Rio Branco superaram suas metas projetadas em 0,7 e 0,2 pontos respectivamente. Em 2009, com um ano de implantação do Programa Mais Educação, fato este que acarretou mudanças na rotina da escola, poderá ter contribuído para uma queda nos resultados do IDEB de três escolas das cinco investigadas.

### 5. Considerações Finais

Com essa pesquisa foi possível perceber que a melhoria da aprendizagem nas escolas investigadas não está só condicionada ao PME, porém o mesmo serve como mais um indutor de política pública para auxiliar no aprendizado dos alunos através das atividades desenvolvidas no contraturno. Nesse primeiro momento da investigação verificamos que as escolas só tiveram a figura do professor comunitário (coordenador do Programa Mais Educação na escola) somente até o ano de 2012.

Acredita-se que o papel desse profissional é fundamental para o desenvolvimento das atividades selecionadas pela escola de acordo com sua realidade. No entanto, a figura do monitor (acadêmicos das áreas afins ou pessoas da comunidade com habilidades inerentes às

atividades) ligado ao Programa Mais Educação poderá ter sido fundamental para a melhoria da qualidade do ensino na escola.

Pode-se destacar alguns aspectos desafiadores enfrentados na implementação do PME numa perspectiva de construção de um novo paradigma educativo: tornar o currículo integrado, redefinição de espaços, alimentação escolar adequada, profissionais de apoio em números suficientes, formação pedagógica diferenciada e fortalecimento dos comitês territoriais.

As cinco escolas iniciais do Programa Mais Educação em 2008, disponibilizaram-se de um recurso total no valor de R\$ 189.593,00 aplicados em trinta oficinas, seis em cada escola, com 2.653 alunos e 30 monitores. Fazendo uma avaliação inicial com os dados colhidos na escola Lindaura Martins Leitão através de relatório é notória a melhoria dos alunos tanto na parte educacional quando olhamos para os índices de aprovação na escola nas respectivas faixas etárias de idade (ano de 2008: 6 anos/47%, 7 anos/61 %, 8 anos/59%, 9 anos/ 57%) e (ano de 2009: 6 anos/85%, 7 anos/90 %, 8 anos/85%, 9 anos/ 85%). As respostas ao projeto é um trabalho de médio a longo prazo conforme analisa os coordenadores do programa, porém os frutos já começam a aparecer graças ao esforço da equipe gestora e parceiros como a Polícia Militar do Acre, Casa da Leitura Chico Mendes, Corpo de Bombeiros, Livraria Paim entre outros.

Com o PME já consolidado, o ano de 2013 caracteriza-se por um crescimento satisfatório com relação à política de avaliação externa (IDEB) nas cinco escolas, comparadas ao ano de 2009, fato este que pode ser justificado pelo planejamento em conjunto entre os professores da escola, monitores do programa e coordenadores pedagógicos. No entanto, duas escolas não atingiram a meta projetada para o município de Rio Branco (4,5), a saber: Lindaura Martins Leitão (4,0), e Henrique Lima (3,8), ou seja, com déficit de 0,5 e 0,7 pontos respectivamente.

Acredita-se que o melhor aliado para um verdadeiro ensino de matemática, aquele ensino onde o aprendizado ultrapassa os muros da escola, e não termina e nem desaparece no momento em que o estudante conclui uma prova, é a utilização de atividades que contemplem os conteúdos matemáticos, facilitando assim uma melhor compreensão da disciplina em questão com a utilização de outros recursos que favoreçam o ensino-aprendizagem nessa disciplina.

Pois, por toda a nossa vida, fazemos regularmente, todos os dias, diversos tipos de cálculos, sobre preços, pagamentos, etc. E diante disso, percebemos a necessidade do

aproveitamento dessas atividades proporcionadas através de oficinas, fora dos padrões regulares, para uma transformação e formação humana adequada.

Destaca-se ainda, que para o programa se consolidar concretamente em função das novas demandas, os agentes educativos da escola precisam ter atitudes democráticas, estimulando toda a comunidade escolar a participar do programa, que o planejamento escolar dos professores do turno regular e dos monitores do programa seja feito em conjunto e que se estabeleçam novos padrões de financiamento da educação.

Por fim, o programa ainda está longe de atender a totalidade dos alunos, pois os espaços e recursos disponibilizados são insuficientes, e os gestores escolares põem dificuldades quando se trata de utilizar espaços alternativos no entorno da escola.

## 6. Referências

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Manual Operacional para Formação em Educação Integral no Contexto do Programa Mais Educação. Brasília. Jul. 2009. 49p.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Estatística do IDEB 2013**. Acesso em: < <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>>. Disponível em: 09 jun. 2015.

CAVALIERE, A. M. V. Educação Integral. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al.* **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010, CD ROM.

KIPNIS, Bernardo. **Políticas Públicas em Educação Fiscal**. Brasília: ESAF, 2008.

LECLERC, G. F. E.; MOLL, J. Programa Mais Educação: Avanços e Desafios para uma Estratégia Indutora da Educação Integral e em Tempo Integral. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 45, p. 91-110, jul./set. 2012. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/30008>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

LOMONACO, B. P.; SILVA, L. A. M. da (Coord.). **Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade**. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social - UNICEF, 2013.

MOLL, Jaqueline. Escola de tempo integral. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *et al.* **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010, CD ROM.